



“Caso Bruno”: uma análise da representação do fato e do ator social em gêneros da mídia impressa¹

Andrêssa dos Santos PEREIRA²

Gisllene Rodrigues FERREIRA³

Maria Aparecida Resende OTTONI⁴

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG

RESUMO

Neste artigo, apresentamos os resultados da análise da representação discursiva de um fato e do principal ator social nele envolvido em textos de gêneros do jornalismo informativo e opinativo. Baseamo-nos em estudos sobre referenciação (KOCH, MORATO e BENTES, 2005), na Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2003; VAN LEEUWEN, 1997) e em estudo sobre gêneros da esfera jornalística (MARQUES DE MELO, 2003). Observamos que as escolhas para a representação do fato marcaram a crueldade e a barbaridade. Já no tocante à representação do ator social, na reportagem, no artigo de opinião e no editorial, identificamos várias escolhas linguísticas que constroem uma avaliação e representação negativa do ator social Bruno, o que não foi observado nos gêneros notícia e carta do leitor.

PALAVRAS-CHAVE: representação; ator social; gêneros; mídia impressa; referenciação.

INTRODUÇÃO

Neste artigo apresentamos resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “Os gêneros da mídia impressa: a representação de fatos e de atores sociais”, concluído em 2011 e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O projeto tem como objetivo geral investigar como se dá a representação de um mesmo fato⁵ e dos atores sociais nele envolvidos, nos gêneros reportagem, notícia, editorial, artigo de opinião e carta do leitor⁶, veiculados em jornais e revistas de

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012.

² Estudante do 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFU, email: andressa.ufu@gmail.com

³ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo da UFU, email: gisllene.ufu@gmail.com

⁴ Orientadora do trabalho. Doutora em Linguística. Professora do Curso de Comunicação Social com Habilitação em da UFU, email: cidotoni@gmail.com

⁵ No desenvolvimento do projeto, foram selecionados textos referentes a cinco fatos que receberam destaque na mídia de 2008 a 2011.

⁶ Optamos por analisar esses gêneros porque eles representam os quatro núcleos a partir dos quais se constitui a valoração dos acontecimentos (MARQUES DE MELO, 1985): a reportagem e a notícia representam o núcleo-jornalista; o editorial, o núcleo-empresa; o artigo de opinião, o núcleo-colaborador e a carta do leitor, o núcleo-leitor. Essa escolha de distintos gêneros também se deve ao fato de acreditarmos que as representações de um fato ou acontecimento e dos atores sociais envolvidos podem ocorrer de maneira diferente em gêneros distintos e nos mesmos gêneros publicados em suportes variados.



circulação nacional. Ele está subsumido ao projeto “Gêneros, discursos e identidades na mídia brasileira”, coordenado pela Profa. Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, e vinculado ao Grupo de Pesquisas e Estudos em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional e ao Grupo de Pesquisa sobre Texto e Discurso, do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia.

Os resultados apresentados neste artigo referem-se à análise da representação de um fato e do principal ator social envolvido: o ex-goleiro Bruno Fernandes, do Flamengo. O fato diz respeito ao assassinato de Eliza Samúdio, mãe do filho do ex-goleiro, ocorrido em 2010, intitulado e apresentado pela mídia como “Caso Bruno”.

Além de investigar como o fato e o ator social são representados nos gêneros, buscamos também perquirir se existe alguma relação entre o gênero, o suporte e a forma como essa representação nos gêneros selecionados da mídia impressa. Gabriel Cohn destaca que para Luhan (1964) “o mesmo conteúdo, transmitido através de meios diferentes, terá efeitos sociais diversos”. (COHN, 1987, p.365).

Neste estudo, estabelecemos um diálogo entre a proposta de Fairclough (2003), no que diz respeito ao significado representacional, a de van Leeuwen (1997) para a análise da representação de atores sociais e os estudos sobre referenciação (KOCH, 2003; KOCH, MORATO e BENTES, 2005), porque consideramos que todos são úteis e produtivos à abordagem das representações de fatos e de atores sociais em gêneros da mídia impressa. Do significado representacional, investigamos as escolhas lexicais e algumas das variáveis propostas por Van Leeuwen (1997) e apropriadas por Fairclough (2003) para a análise da representação de atores sociais, a saber: nomeação/classificação ou categorização⁷, especificação/generalização, ativação/passivação, pessoalização ou personalização/impessoalização ou impersonalização, as quais associamos ao emprego das expressões nominais definidas e as indefinidas para a construção da referenciação.

Essas duas abordagens teóricas contribuem para desvelar as escolhas linguísticas, textuais e discursivas/semióticas que auxiliam na construção de distintas representações, em diferentes gêneros do jornalismo informativo e opinativo. Acreditamos que a investigação dessas escolhas para a representação do fato e do ator social pode nos possibilitar a identificação do posicionamento do sujeito produtor e da

⁷ Fairclough (2003, p. 145-6) apresenta as seguintes variáveis para análise da representação de atores sociais: inclusão/exclusão, pronome/nome, papel gramatical, ativo/ passivo, pessoal/impessoal, nomeado/classificado, específico/genérico. Van Leeuwen (1997), por sua vez, apresenta uma rede de sistemas com diversas categorias, tais como: exclusão/inclusão, ativação/passivação, personalização/impersonalização, sujeição/beneficiação, determinação/indeterminação, genericização/especificação etc.



ideologia nos textos e a percepção dos efeitos de sentido construídos por meio dessas escolhas nos textos jornalísticos.

Segundo Van Leeuwen (1997) a maneira como os atores sociais são representados nos textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e suas atividades.

Neste artigo, analisamos 05 (cinco) textos referentes ao “Caso Bruno”, sendo: uma notícia, uma reportagem, um editorial, um artigo de opinião e uma carta do leitor. Dois desses gêneros são qualificados na área da comunicação como pertencentes ao jornalismo informativo: a notícia e a reportagem.

De acordo com Marques de Melo (2003, p.66) “notícia é um relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística”.

O gênero notícia analisado apresenta como título “Goleiro Bruno é condenado por seqüestro”, foi produzida por Diana Brito e Rodrigo Vizeu e publicada na Folha de São Paulo do dia 8 de dezembro de 2010 no caderno C4. Já a reportagem analisada é intitulada “Indefensável”, foi elaborada por Nelito Fernandes, Martha Mendonça, Rafael Pereira e Leopoldo Mateus, e publicada na revista *Época* do dia 12 de julho de 2010, edição Nº 634.

Os outros três gêneros são considerados como integrantes do jornalismo opinativo: editorial, artigo de opinião e carta do leitor. Marques de Melo (2003, p.103) define que o editorial refere-se ao “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”. O artigo de opinião, por sua vez:

Trata-se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião (...) é o gênero que democratiza a opinião no jornalismo, tornando-a não um privilégio da instituição jornalística e dos seus profissionais, mais possibilitando seu acesso às lideranças emergentes na sociedade. (MARQUES DE MELO, 2003, p.121-127).

A carta do leitor refere-se a “um recurso para expressar seus [do cidadão] pontos de vista, reivindicações, sua emoção. Trata-se de um recurso possível, mas nem sempre viável” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 173). O autor esclarece que nem sempre é



viável, pois depende de mecanismos inerentes à instituição jornalística para lograr difusão.

O editorial “A defesa de Bruno” foi publicado na revista Placar de julho de 2010 na edição 1344. Já o artigo de opinião é intitulado “A nação rubro-negra e seus bad boys”, foi escrito por Ruth de Aquino, diretora da sucursal de Época no Rio de Janeiro, e publicado na revista Época do dia 12 de julho de 2010, Nº 634. Por fim, a carta do leitor é “A prisão de Bruno”, foi escrita por Nina Barros, Rio de Janeiro- RJ, e foi publicada na revista Época, do dia 19 de julho de 2010, Nº 635.

Reflexão acerca da emissão e recepção das notícias

Acreditamos que a presente pesquisa pode contribuir para a recepção de informações veiculadas pela mídia por parte dos leitores, auxiliando-os em sua reflexão acerca do que é publicado nos diferentes meios de comunicação.

Sabemos que esses meios apresentam-nos assuntos sobre os quais pensar diariamente, mas, muitas vezes, também nos dizem como pensar. Mas a opinião que se forma sobre determinado tema entre as massas pode ser caracterizada como uma opinião pública?

O texto “Opinião Pública, Controle Social e Ideologia” de Jürgen Habermas integra o livro “Comunicação e indústria cultural” de Cohn (1987). Habermas faz uma vinculação de publicidade e opinião pública e descreve um aspecto desta que sustenta ao longo do texto: opinião pública como ficção institucionalizada. Nesse sentido, Habermas a considera, ainda, como fonte de autoridade, uma forma de o Estado legitimar seus atos.

O autor indica dois caminhos para definir o conceito de opinião pública. O primeiro diz respeito ao liberalismo, que tinha como intenção salvar a comunicação. Em síntese, ele destaca serem necessárias medidas especiais para a formação efetiva de uma opinião pública ao invés de uma opinião comum. Para complementar essa ideia, Habermas aponta a racionalidade no âmbito da esfera pública em detrimento da generalidade. O segundo caminho se limita a critérios institucionais, o parlamento como porta-voz da opinião pública em contraposição à fala citada de Leibholz, segundo a qual “a vontade da maioria da cidadania ativa [sendo esta vontade representada pelos partidos] é identificada com a vontade geral correspondente do povo” (HABERMAS, 1987, p.190). Ambos os caminhos sustentam o fato de que as organizações mobilizam e



integram a opinião pública e que, sem elas, a opinião pública mal exerce sua função política.

Para definir opinião pública nesse contexto, Habermas cita Schäffle, que a caracteriza como uma reação amorfa da massa e objeto de pesquisa sócio-psicológica. Já para Bentley, não existe opinião pública, “não há uma atividade que reflita ou represente a atividade de um grupo ou conjunto de grupos” (HABERMAS, 1987, p. 191). Schmidtchen defende que opinião pública representa “todas aquelas formas de comportamento de quaisquer grupos populacionais que sejam aptas a modificar ou também a manter as estruturas, práticas e objetivos da dominação” (HABERMAS, 1987, p. 194).

Habermas esclarece no tópico “Uma tentativa sociológica de esclarecimento” que as pesquisas de opinião não preenchem a lacuna existente entre a opinião pública – do Direito Público – e seu conceito sócio-psicológico. Para uma conceituação concreta desta, seria necessária uma “mudança estrutural da própria esfera pública e da dimensão do seu desenvolvimento” (HABERMAS, 1987, p.195). O autor esmiúça tal pressuposto afirmando que “com efeito, uma verificação empírica da opinião pública no sentido comparativo é atualmente o meio mais fidedigno para chegar a formulações seguras e comparáveis a respeito do valor democrático de uma situação constitucional dada” (HABERMAS, 1987, p. 195-196).

O autor faz distinção entre opiniões formais (institucionalmente autorizadas) e opiniões informais (pessoais, não-públicas) e também evidencia uma contraposição entre evidências culturais e opiniões dirigidas pela indústria cultural. Também aponta uma tendência que deve ser estudada: a correspondência entre opiniões políticas das pessoas privadas e as daquela opinião quase-pública.

Habermas afirma que não há opinião pública na massa, pois não é possível haver discussão nela. Ele propõe como medida ou solução real para que haja de fato a formação de uma opinião pública, a fusão da opinião quase-pública “com o domínio informal das opiniões ainda não-públicas através de uma publicidade crítica, desenvolvida no interior de públicos inseridos em organizações” (HABERMAS, 1987, p. 200).

No tocante ao fato em análise, os meios de comunicação veicularam informações sobre o “Caso Bruno” e, mesmo antes de o jogador ser condenado, o consenso entre as mídias e o povo era o de que ele era culpado. Assim, a opinião das pesquisadoras é a de que, conforme acredita Habermas, a opinião que se forma sobre determinado tema entre



as massas não pode ser caracterizada como uma opinião pública, uma vez que não houve debate entre as massas, que apenas internalizaram os dados recebidos pelos veículos e formaram sua opinião sobre o ator social.

Procedimentos metodológicos

A análise aqui exposta refere-se a uma pesquisa qualitativa, de cunho analítico-descritivo. Para realizá-la, utilizamos a Análise de Discurso Crítica como teoria e método.

No início do desenvolvimento do projeto, não planejávamos trabalhar com dados quantitativos, mas, no percurso do estudo, percebemos que eles poderiam ser úteis à compreensão do objeto de investigação. Por isso, recorreremos à integração da pesquisa qualitativa e quantitativa.

Para a realização da análise a que diz respeito este artigo, coletamos, em jornais e revistas de circulação nacional, diversos textos dos gêneros: notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião e carta do leitor relativos ao “Caso Bruno”⁸. Depois de várias leituras, foram escolhidos cinco textos – sendo um de cada gênero -, referentes ao fato, levando-se em consideração os que foram publicados mais próximos da data do ocorrido. Apenas uma notícia selecionada foi publicada após a condenação de Bruno Fernandes.

Após a seleção, os textos foram escaneados para composição de um banco de dados, conforme proposta do nosso projeto. Em seguida, foram realizadas várias leituras dos gêneros para se ter uma noção do sentido global. Posteriormente, identificamos todas as ocorrências relativas à representação do fato e as classificamos em três categorias: representação por expressão nominal definida; indefinida; e apenas por representação. Neste último caso, enquadramos as ocorrências que não eram precedidas de elementos identificadores de definição ou de indefinição, mas que constituíam uma forma de se representar o fato.

Depois disso, identificamos todas as ocorrências relativas à representação do ator social Bruno e as classificamos em conformidade com as variáveis selecionadas para a representação de atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997; FAIRCLOUGH, 2003) e com as categorias da referenciação: expressão nominal definida e indefinida. Em seguida,

⁸ Como já dissemos, o projeto contempla a análise de 05 (cinco) fatos que receberam destaque na mídia brasileira, em jornais e revistas de circulação nacional, de 2008 a 2011.



identificamos todas as vozes trazidas para a composição dos gêneros e o conteúdo de cada uma. Por último, construímos tabelas e gráficos e fizemos a interpretação dos dados.

Análise da representação do fato nos gêneros notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião e carta do leitor

Na análise da representação do “Caso Bruno”, identificamos um total de 73 ocorrências de representação do fato e o predomínio das seguintes escolhas lexicais em ordem de maior frequência: “crime”, “sequestro”, “caso”, “homicídio”, “assassinato” e “morte”.

Verificamos que houve um predomínio de ocorrências de representação por expressão nominal definida em relação às de representação por expressão nominal indefinida. Acreditamos que isso ocorre devido à especificidade no tratamento do caso em questão.

Acreditamos ainda, que, devido ao fato de o “Caso Bruno” se tratar de um ato de violência envolvendo uma “celebridade”, ele foi um assunto recorrente em várias pautas da mídia brasileira e, por isso também as ocorrências de representação por expressão nominal definida prevaleceram nos textos analisados devido à importância que os veículos de comunicação atribuíram ao fato.

Com relação às incidências de representação por expressão nominal indefinida, notamos que apenas o editorial e a carta do leitor não apresentaram ocorrência. Isso provavelmente acontece devido às características de cada um desses gêneros, ou seja, como o editorial retrata a opinião do veículo sobre o fato e a carta do leitor comenta o fato apresentado na reportagem principal que foi publicada na edição anterior da revista, pressupõe-se que o leitor já saiba qual o assunto a que os textos fazem referência. Assim, as ocorrências são todas de representação por expressão nominal definida.

Nós verificamos também que houve casos apenas de representação. Os gêneros que apresentaram esse tipo de ocorrência foram os pertencentes ao jornalismo informativo: a notícia e a reportagem. Embora nesse modo de representação não haja expressão nominal definida e indefinida, as ocorrências contribuem para uma construção negativa acerca da representação do fato “Caso Bruno”. Exemplo disso são os fragmentos: “sequestro”; “covardia”; “parece filme de terror”; “Lesão a Eliza; “Assassinato”.



De acordo com Koch (2003), as formas nominais são vistas como um dos recursos coesivos mais produtivos encontrados na textualidade. A autora afirma que, nessas formas, as escolhas lexicais para o nome-núcleo e/ou para seus modificadores realizam papel fundamental, uma vez que vão ser as responsáveis pela orientação argumentativa do texto.

Isso pode ser evidenciado pelas escolhas de diversos nomes-núcleo utilizados nos textos, as quais influenciaram na construção de representações variadas do fato “Caso Bruno”. Desse modo, ora alguns nomes-núcleo atenuam o fato e ora revelam a gravidade do ocorrido. Portanto, nomes-núcleos como: “caso”; “desaparecimento”; “história”; “suspeita”; “ocorrido”; e “sumiço” atenuam a representação do fato. Já nomes-núcleos como: “sequestro”; “crime”; “prisão”; “assassinato”; “crime”; “barbárie”; e “covardia” exemplificam a gravidade do fato sucedido.

A representação do ator social nos cinco gêneros

Ao analisarmos como o ator social principal Bruno foi representado nos cinco gêneros, encontramos 53 ocorrências de expressões nominais definidas nos gêneros notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, e carta do leitor, e 7 indefinidas. Bruno foi classificado 93 vezes – 49 ativamente e 44 passivamente; e nomeado 148 – 93 de forma ativa e 55 de forma passiva. O ator social foi representado de modo específico 102 vezes e de modo genérico apenas uma. Foi, ainda, referido de modo pessoal 103 vezes e nenhuma vez de modo impessoal.

Segundo Carina Andrade Benedeti (2009), analisar o jornalismo a partir da via da linguagem “é uma maneira de reafirmar a impossibilidade de uma informação puramente objetiva, como na concepção realista, já que linguagem não é transparente e objetiva, mas é polissêmica (intersubjetiva)”. (BENEDETI, 2009, p. 46). Essa afirmação ajuda-nos a refletir sobre como a direção argumentativa dos textos e as informações neles apresentadas também contribuem para a representação do fato e do ator social.

A notícia analisada neste recorte apresenta como título “Goleiro Bruno é condenado por sequestro”. Ao analisarmos como o texto foi estruturado, verificamos que o objetivo principal dele foi apresentar sucintamente detalhes sobre os motivos que levaram Bruno a ser condenado pela Justiça do Rio. Notamos que tanto o título quanto a linha fina “Justiça do Rio estipulou pena de 4 anos por lesão a Eliza: em MG, jogador,



pode ir a júri acusado pela morte dela” foram construídos com o intuito de atrair a atenção do leitor para as situações que Bruno estava enfrentando após a descoberta do seu envolvimento no assassinato da sua ex-namorada Eliza Samudio.

O gênero notícia também apresentou uma retrospectiva sobre o “Caso Bruno no Rio” através de um resumo: maio de 2009 (Bruno e Eliza se conhecem, ela engravida e pede para o jogador o reconhecimento da paternidade); outubro de 2009 (Eliza, grávida de cinco meses registra queixa contra Bruno na Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá, no Rio, acusando-o de seqüestro, ameaça e agressão); julho de 2010 (Com o desaparecimento de Eliza, IML do Rio faz análise da urina colhida a nove meses e detecta a presença de substâncias químicas); dezembro de 2010 (A 1ª Vara Criminal de Jacarepaguá condena Bruno a 4 anos e seis meses de prisão devido sequestro, lesão corporal e constrangimento ilegal).

Também notamos na notícia a presença do intertítulo⁹ ‘Covardia’. Ao utilizarem essa palavra, os produtores do texto atribuem juízo de valor ao que é noticiado, por meio da caracterização do fato como uma “covardia” cometida por Bruno, reforçando ainda mais uma imagem negativa em relação ao fato. Essa escolha constitui, ainda, uma reprodução de parte da fala do juiz Marco José Mattos Couto, da 1ª Vara Criminal de Jacarepaguá, que classificou a atitude do jogador uma “covardia”.

Quanto à reportagem veiculada pela Época, cujo título é “Indefensável”, nela a falta – leia-se crime – que o goleiro supostamente cometeu é indefensável, do ponto de vista da equipe que escreveu a matéria. A falta teria sido tão grave, que não há como ele se defender. Tudo estaria acabado para ele. Dentre os vários enfoques que a reportagem traz para seus leitores, esse é o principal. Por meio da topicalização, que é a escolha que o autor faz de como começar a frase – ““Vacilão, você tinha tudo!”” – é possível inferir que a narrativa destaca todas as qualidades de Bruno enquanto jogador de futebol e o quanto sua carreira era promissora, para depois descrever o episódio de sua prisão e deixar claro o quanto ele perdeu com ela. Qualifica Bruno como “frio” – devido à indiferença do jogador com relação à morte da ex-amante – compartilhando a sua primeira preocupação ao ser preso: sua então improvável participação na copa de 2014, enquanto a multidão fora da delegacia desferia xingamentos a ele como “assassino” e “matador”. Na reportagem, há um relato de como se deu a escalada de

⁹ Segundo o Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo, o termo “intertítulo” refere-se a um “pequeno título que aparece no interior de textos muito longos e tem a função de arejar a leitura”. (Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/foalha/circulo/manual_edicao_c.htm. Acessado em 11/12/2011)



Bruno ao topo e o grande tombo que levou assim que chegou lá. Expõe todas as vitórias que “o homem que nasceu pobre e virou ídolo, rico e famoso, para depois pôr tudo a perder” alcançou em seu posto como goleiro do Flamengo e apresenta todo o enredo de uma história que teria Bruno como “o mandante de um crime bárbaro”.

Além disso, a reportagem faz uma retrospectiva de como Eliza conheceu Bruno até o momento de sua morte, revela depoimentos das testemunhas do fato, humaniza Eliza ao contar sua história desde quando nasceu, sua transição da infância para a adolescência até as aspirações pela carreira de modelo que a levou a São Paulo e, então, para a morte. Expõe o lado do clube rubro-negro, classificando Bruno como uma perda de dinheiro e de tempo para o time.

As representações do ator social na reportagem atuaram em sua maioria no sentido de desfavorecê-lo, convencendo o leitor de que Bruno seria realmente culpado e, portanto, mandante do crime. O próprio título – Indefensável, já citado acima – é capaz de revelar a posição ideológica de Época.

Bruno foi nomeado na reportagem ativamente 65 vezes e, passivamente, 28. Várias dessas representações por nomeação e de modo ativo se deram por possessivação, ou seja, mesmo Bruno não estando executando alguma ação nas sentenças, algo que pertence a ele estava envolvido, quer seja seu carro, seu sítio, seus parentes ou amigos: “A principal testemunha que sustenta essa versão macabra é um menor de 17 anos, J., enteado de um tio de Bruno”; “O menor estava escondido na casa de Bruno”; “ÉPOCA teve acesso ao depoimento dado à polícia por Sérgio rosa Sales, o Camelo, primo de Bruno, acusado de participar do sequestro de Eliza”; “Os dois teriam então sido levados no Range Rover de Bruno”; “Sérgio contou à polícia ter visto Eliza no sítio de Bruno”; “O carro de Bruno tinha marcas de sangue, (...)”, etc.

Assim, constrói-se uma representação de que, de alguma forma, Bruno está envolvido no crime; que mesmo que o corpo de Eliza não tenha sido encontrado, Bruno não é inocente.

As classificações demonstram o que foi dito anteriormente sobre ressaltar as conquistas e qualidades de Bruno como goleiro para depois comentar o que o crime lhe custou e no que o ator se transformou aos olhos do povo brasileiro. Dessa maneira, “um vencedor” ou “uma pessoa pública” se transformou em um “um monstro”. O “orgulho de uma família desestruturada” virou “o mandante de um crime bárbaro”. O “herói da torcida”; “autor de defesas importantes”; “de origem humilde”; “adorado por adultos e crianças”; “ídolo”; “líder”; “capitão do time” se tornou “suspeito de sequestro”; “ciente



do homicídio”; “antigo ídolo da torcida do Flamengo”; “assassino”; “fichado”; “preso”; “foragido”; “afastado do resto do elenco”; “vacilão”; “matador” etc.

O editorial, por sua vez, é intitulado “A defesa de Bruno” e apresenta o posicionamento da revista Placar (publicação voltada para assuntos esportivos, principalmente futebol) sobre o “Caso Bruno”. É interessante ressaltar que, na construção da linha fina “Como costuma acontecer no Brasil, a vontade da polícia de divulgar o caso venceu a investigação técnica. E o goleiro do Flamengo pode não jogar muito em Bangu 2...”, o produtor do texto conseguiu tecer uma crítica pertinente, visto que, geralmente, quando o ato de violência é de grande proporção, a polícia brasileira logo o divulga para os meios de comunicação antes mesmo de ela realizar uma investigação técnica profunda sobre o que aconteceu.

No caso aqui analisado, observamos que, antes de existirem provas concretas baseadas em uma investigação técnica, a polícia divulgou o “Caso Bruno” para a mídia, e esta, por sua vez, começou a investigar o fato e a “determinar a culpa” do goleiro no assassinato. Acreditamos que em situações como essa os meios de comunicação se colocam como “o 4º poder” capaz de julgar o fato e os atores sociais envolvidos da maneira que “desejarem”.

Assim como os gêneros notícia e reportagem, o editorial também apresenta uma retrospectiva sobre o “desenrolar” dos acontecimentos do “Caso Bruno”. No caso do editorial, por ser um gênero pertencente ao jornalismo opinativo, o produtor do texto utilizou a liberdade de criação e de argumentação para ironizar o ator social Bruno por meio de suas próprias falas: “Ainda vamos rir disso tudo”; “Se eu tinha esperanças de disputar a Copa de 2014, acabou”. A ironia construída no texto é que, mesmo diante da situação em que Bruno se encontrava - “o cerco começava a se fechar em torno dele” como apresentou o editorial -, ele não se mostrava preocupado com a condenação que o aguardava, mas sim com interesses “ínfimos” se comparados à “grandeza” do ato de violência em que ele se envolveu e a repercussão disso na mídia.

Outro argumento que consideramos relevante apresentado no editorial foi “A história se desenrolou dia a dia como se fosse uma novela da Globo”, o que nos permite avaliar como a mídia realizou a cobertura a respeito do “Caso Bruno”. Isso nos leva a refletir sobre o que Ramonet (1999) propõe:

Ao contrário de qualquer outra indústria onde a concorrência obriga cada um a apresentar produtos diferentes, na indústria midiática ela



pressiona os jornalistas a submeter-se ao mimetismo, a consagrar todo o seu talento em repetir a mesma história, a tratar do mesmo caso que mobiliza, ao mesmo tempo, toda a mídia. (RAMONET, 1999, p. 53).

No tocante ao artigo de opinião “A nação rubro-negra e seus bad boys”, escrito pela diretora da sucursal de Época no Rio de Janeiro, Ruth de Aquino, ele condiz bastante com a reportagem, uma vez que ambos foram veiculados na mesma revista e no mesmo dia: 12 de julho de 2010. Ele fala principalmente dos danos que não só Bruno como outros jogadores do Flamengo causaram ao time.

Para Ruth, depois da “era Zico”, os jogadores que integraram e integram o clube não mais fazem jus ao seu lema: “Craque o Flamengo faz em casa”. As novas turmas, para ela, seriam mimadas e ausentes de integridade e caráter. Bruno teria levado a imagem do time ao fundo do poço, com “um homicídio triplamente qualificado, com requintes de crueldade”.

Assim como a reportagem, o artigo de opinião qualifica Bruno em campo e então o desqualifica por suas atitudes em relação à Eliza. Assim, o “herói altivo de tantas disputas em campo” é chamado por Aquino de “Um débil mental que jogou sua vida no ralo e comprometeu o clube”. A articulista utiliza em seu texto uma fonte do clube não revelada que diz que Bruno é um “pateta” e que pôs tudo a perder. Ela faz uma pergunta retórica: “Por que o goleiro não tirou de sua remuneração mensal de R\$ 300 mil um naco para dar de pensão a Eliza e ao filho dele, Bruninho?” e deixa explícita a sua opinião sobre Bruno: “Totalmente alheio à realidade, como se fosse um psicopata desprovido de remorso, Bruno só se preocupava, na delegacia de homicídios do Rio, com sua improvável escalação para a Copa de 2014 no Brasil”.

A carta do leitor, por sua vez, é intitulada “A prisão de Bruno” e foi escrita pela carioca Nina Barros. A carta faz referência ao conteúdo apresentado na reportagem “Indefensável” apresentada na revista Época. É interessante ressaltar que, embora a reportagem se empenhe para construir uma imagem que deprecie o ator social Bruno e o fato, percebemos que, ao produzir o texto, a leitora não tem o intuito de seguir “a mesma linha de raciocínio e de representação” da reportagem.

A reportagem apresenta logo no início do texto o seguinte fragmento “gritos de ‘assassino’ e ‘matador’, desferidos pela multidão que cercava a delegacia”. A leitora opta por não reforçar a representação negativa de Bruno, quando ela escreve “que nós,



rubro-negros ou não, não gritemos antecipadamente em praça pública a palavra “assassino!”.

A representação do fato e do ator social por meio das vozes incluídas nos gêneros notícia, reportagem, editorial e artigo de opinião

Identificamos nos gêneros notícia, reportagem, editorial e artigo de opinião (exceto na carta do leitor) vozes de outros sujeitos, as quais dizem respeito às fontes jornalísticas. De acordo com Nilson Lage “ Poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público. São o que se chama de fontes”. (LAGE, 2001, p.49)

Segundo Richard Rudin e Trevor Ibbotson (2008) “fazer entrevistas, seja cara a cara ou por telefone, é o principal meio de se obter informações”. (RUDIN, IBBOTSON, 2008, p. 39). É a partir da prática da entrevista que os jornalistas coletam as “vozes” que posteriormente estarão presentes nos textos e o recurso das “vozes” é utilizado para indicar, mesmo que implicitamente, qual a direção argumentativa que o autor pretende construir em seu texto.

As vozes presentes na notícia auxiliam na construção de uma representação do ator social Bruno Fernandes como: “Classificou como uma ‘covardia’ a atitude do jogador”; “É absolutamente reprovável a conduta do réu, já que praticou os crimes (...) com o propósito de se ver livre do status de pai, que não desejava desempenhar”; “A sua covardia, pois, impõe resposta penal adequada”; “O Ministério Público mineiro pediu a condenação de Bruno, a quem chamou de ‘mentor e coordenador’ do crime sob suspeita de homicídio triplicamente qualificado, sequestro e cárcere privado, ocultação de cadáver e corrupção de menor”.

Na reportagem, as vozes manifestas estabelecem uma representação desse ator social como: “Vacilão”; “Assassino”; “matador”; “Bruno teria mandado os amigos ‘ resolver os problema’”; “O consenso é de que é impossível ele voltar a jogar pelo Flamengo”; “Ele já estava envolvido em agressões a mulheres, incluindo a própria Eliza”; “A possibilidade de ser pego, de perder, certamente não fazia parte de suas perspectivas”; “Ele pode ser considerado mandante desse homicídio qualificado”.



No artigo de opinião, por sua vez, as vozes presentes no texto representam Bruno como: “Assassino!”; “Esse pateta pôs tudo a perder” e “Um débil mental que jogou sua vida no ralo e comprometeu o clube”.

Ao analisarmos as vozes incluídas nos textos, percebemos que, até nos gêneros do jornalismo informativo, há - mesmo que implicitamente - um posicionamento do/s produtor/es sobre o assunto que é noticiado. Os discursos que vão compor cada texto passam por uma seleção prévia levando em consideração os propósitos do gênero, os objetivos do/s produtor/es e da empresa a que se filia/m.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa principal motivação ao realizar essa análise foi investigar de que maneira ocorre a representação de um mesmo fato e dos atores sociais nele envolvidos. No recorte aqui exposto, o ator social analisado é o ex-goleiro do time de futebol Flamengo, Bruno Fernandes. Já o fato analisado foi o “Caso Bruno”, ocorrido em 10 de junho de 2010, o qual se refere ao envolvimento do ex-goleiro no assassinato da sua ex-namorada Eliza Samudio.

Com relação à representação do fato “Caso Bruno”, verificamos que os textos apresentaram ocorrências de expressões nominais (definidas e indefinidas) e também ocorrências de representação apenas e que houve um predomínio de ocorrências de expressões nominais definidas tanto na representação do fato quanto na do ator social.

As escolhas lexicais para o nome-núcleo e/ou para seus modificadores realizaram papel fundamental na construção da orientação argumentativa dos textos e foram responsáveis, em grande parte, pela construção de representações diferenciadas para os atores sociais.

Já em relação à representação do ator social, percebemos, com base nas variáveis propostas por Fairclough (2003) e Van Leeuwen (1997), o predomínio, em todos os gêneros, da classificação de modo específico e da representação de modo ativo e pessoal. Esse modo de representação contribui para a construção de uma representação do ator social Bruno como culpado pelo ocorrido e como alguém que, por não fazer escolhas adequadas, pôs fim a sua carreira de sucesso.

Na análise da representação do fato, não observamos diferença significativa nas escolhas nos diferentes gêneros e suportes. Em todos, elas marcaram a crueldade e a barbaridade do fato. Já quanto à representação do ator social, os resultados apontam



diferenças no modo de representação nos diferentes gêneros. Na reportagem, no artigo de opinião e no editorial, identificamos várias escolhas linguísticas que constroem uma avaliação e representação negativa do ator social Bruno, o que não foi observado nos gêneros notícia e carta do leitor. Esse resultado joga luz à fronteira tênue entre os jornalisismos informativo e opinativo, uma vez que nos gêneros que compõem os dois tipos há marcas de opinião, de avaliação e da subjetividade do produtor.

Enfim, esses são alguns dos resultados obtidos por meio do desenvolvimento de nosso projeto. Acreditamos que este estudo joga luz à relevância de se investigar, em diferentes gêneros, as representações de um mesmo fato e dos atores sociais nele envolvidos, de compará-las e de se refletir sobre como as escolhas verbais e não verbais atuam na construção de variadas representações e de sentidos.

REFERÊNCIAS

- BENEDETI, C. A. **A qualidade da informação jornalística**: do conceito à prática. Série Jornalismo a Rigor. V.2. Florianópolis: Insular, 2009.
- COHN, G.. O meio é a mensagem: análise de Mc Luhan. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p.362- 371.
- FAIRCLOUGH, N.. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. Londres e Nova York: Routledge, 2003.
- HABERMAS, J.. Comunicação, opinião pública e poder. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1987, p. 187-200.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record Ltda, 2001.
- MARQUES DE MELO, J. (Org.). **Jornalismo Opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- _____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- RAMONET, I.. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- RUDIN, R. & IBBOTSON, T. **Introdução ao jornalismo**: técnicas essenciais e conhecimentos básicos. São Paulo: Roca, 2008.
- VAN LEEUWEN, T. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. (org.) **Análise crítica do discurso**: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997, pp. 169-222.